



Decisão 03827/2019-9 - 2ª Câmara

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 03430/2017-9

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2016

UG: IPASMA - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Aracruz

Relator: João Luiz Cotta Lovatti

Interessado: JONES CAVAGLIERI

Responsável: FABIO TAVARES, ZEOMAR DE FATIMA SEGATTO, MARCO ANTONIO BARBOSA NEVES, MARCELO DE SOUZA COELHO, JOSE MARIA SPERANDIO RECLA

Procurador: FELIPE OSORIO DOS SANTOS (OAB: 6381-ES)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR (EXERCÍCIO DE 2016).- ATOS DE GESTÃO – PREFEITO - TEMA 835 – REPERCUSSÃO GERAL - SOBRESTAR.

O CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI.

1. RELATÓRIO.

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Aracruz- IPASMA, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade dos Srs. Zeomar de Fátima Segatto (01/01 a 10/02/2016) e Marco Antonio Barbosa Neves (11/02 a 31/12/2016).

Verifico que a matéria de debate nestes autos se refere à irregularidade com o condão de gerar a aplicação de multa ao prefeito municipal por infringência à norma legal.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre ressaltar que, diante das recentes discussões acerca da responsabilização do chefe do Poder Executivo decorrentes de atos de gestão é imperativo a adoção de uma postura de acautelamento.

Acerca do tema, o **Plenário da Suprema Corte** brasileira, no julgamento do **Recurso Extraordinário nº 848.826/DF**, Redator para o acórdão Min. Ricardo Lewandowski, Dje de 24/08/2017, em sede de repercussão geral – **tema 835**, decidiu, por maioria, que *“para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar Nº 641/1990, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores”*.

Diante deste fato, a fim de evitar decisões conflitantes com o entendimento da Suprema Corte e diante do possível alcance da tese de repercussão geral deflagrada às referidas demandas desta Corte de Contas, o Plenário do TCEES, nos autos do processo TC 16041/2019-9, decidiu, de acordo com o Voto do Relator 5648/2019-9, por sobrestar os autos até ulterior decisão da comissão que será instituída por este Egrégio Tribunal, com a finalidade de avaliar a competência dos Tribunais de Contas de julgarem contas relativas as Prestações de Contas de Prefeito.

Nesse sentido, considerando as reiteradas decisões deste Tribunal entendendo pelo sobrestamento dos presentes autos, por ter como matéria a possibilidade de aplicação de multa pecuniária ao Chefe do Executivo.

Ante todo o exposto, obedecidos todos os trâmites processuais e legais, proponho VOTO no sentido de adotar a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI
Relator

1. DECISÃO TC-3827/2019:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1.1. SOBRESTAR estes autos até ulterior definição dos procedimentos a serem adotados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

1.2. Encaminhar à **SGS** para as providências.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 11/12/2019 – 43ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Rodrigo Coelho do Carmo e Domingos Augusto Taufner.

4.2. Conselheiro Substituto: João Luiz Cotta Lovatti (relator).

5. Membro do Ministério Público Especial de Contas: Luis Henrique Anastácio da Silva.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente